

**REDE DE ENSINO DOCTUM  
FACULDADES DOCTUM DE SERRA**

**ISABEL CRISTINA SOARES  
JOCIPAULA OLIVEIRA CELESTINO DE ASSIS  
KÉRCIA ARAÚJO PRAZERES**

**OFICINA DE DANÇA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR**

**SERRA  
2018**

**REDE DE ENSINO DOCTUM  
FACULDADES DOCTUM DE SERRA**

**ISABEL CRISTINA SOARES  
JOCIPAULA OLIVEIRA CELESTINO DE ASSIS  
KÉRCIA ARAÚJO PRAZERES**

**OFICINA DE DANÇA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Psicologia das Faculdades Doctum de Serra, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Ariadne Dettmann Alves.

Área de Concentração: Psicologia

**SERRA  
2018**

# OFICINA DE DANÇA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

Isabel Cristina Soares<sup>1</sup>  
Jocipaula Celestino de Oliveira de Assis<sup>2</sup>  
Kércia Araújo Prazeres<sup>3</sup>  
Orientador (a) Ariadne Dettmann Alves<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por finalidade analisar a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista no ensino regular. Com isso, propor a inserção de oficina de dança na grade curricular como propulsor da inclusão de crianças com transtorno do espectro autista, bem como, verificar se a dança pode contribuir de forma positiva, de modo que, seja instrumento facilitador para o processo de inclusão. Desta forma, a missão e o desafio da inclusão é flexibilizar o que é padrão, colocando o sujeito no seu lugar de pessoa, de direitos e deveres, considerando que o processo de inclusão não é possível se não houver o envolvimento de todos, seja do indivíduo, a família e escola, isto é, não se trata de ganho individual, mas social.

**Palavras-chave:** Transtorno do espectro autista, Inclusão, oficina de dança.

**Abstract:** The present study aims to analyze the inclusion of children with autism spectrum disorder in regular education. With this, to propose the insertion of dance workshops in the curriculum as a driver of the inclusion of children with the Disorder, as well as verifying if the dance can contribute in a positive way, so that, it is a facilitating instrument for the inclusion process. In this way, the mission and the challenge of inclusion is to flexibilize what is standard, placing the subject in his place of person, of rights and duties, considering that this process of inclusion is not possible without the participation of all, the family and school, that is, it is not an individual gain, but a social gain.

**Keywords:** Autism spectrum disorder, Inclusion, dance workshop.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade abordar sobre a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista no ensino regular, analisando as dificuldades

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Serra-ES, isacrisoares-2007@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Serra-ES, kerciaaraujo@outlook.com.

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Serra-ES, paula.canaa@hotmail.com.

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia, professora da Faculdade Doctum de Serra-ES.

encontradas no processo de escolarização, bem como, sugerir como recurso a ser utilizado a realização de oficinas de dança, com intuito de verificar se a mesma pode contribuir para flexibilização do ensino tradicional. Sobretudo, se faz necessário relatar como se deu a evolução para inclusão.

Ao longo da história da educação de alunos com necessidades especiais em escola de ensino regular, houve grande impasse em receber esse público. Essas crianças eram vistas de forma limitada, pois acreditavam que havia poucas possibilidades de intervenção no que diz respeito a educação. O acesso ao ensino era feito de forma seletiva, de um lado estavam aqueles que eram considerados “normais” e de outro estavam aqueles que não se encaixavam no quesito escolar. Foi então que surgiram as escolas de educação especial (COLL, et al., 2004).

Desta forma, durante o processo de evolução social e educacional, verifica-se três grandes momentos, o primeiro refere-se ao período onde a educação era seletiva, usava-se testes psicológico para mensurar o Q.I. das crianças, de certa forma, a educação era direcionada aqueles que possuíam Q.I. elevado, tendo como recurso científico para embasar ideais preconceituosas, as crianças que apresentavam coeficiente inferior a 70 eram consideradas com baixo desempenho. O segundo momento, foi a criação de um espaço para acomodar tais crianças, espaço esse nomeado como escola especial, oferecendo um estudo adequado as suas condições físicas e mentais. Quanto ao terceiro, seria o retorno das crianças à escola regular, através das políticas de inclusão. Inúmeros foram os casos de segregação no período educacional seletivo, desfavorecendo diversos indivíduos, tanto com limitações cognitivas, físicas e até mesmo financeiras (COLL, et al., 2004).

Pensando em inclusão, devemos considerar tudo que compreende o sujeito que se pretende incluir, sem esquecer o agravante que permeia essa discussão. Se existe a necessidade de incluir é porque em algum momento o sujeito foi excluído. A exclusão diz de algo que não se adequa a estrutura. A inclusão vem com a missão e o desafio de flexibilizar o que é padrão, colocando o sujeito no seu lugar de pessoa, de direitos e deveres. O holofote do valor é ligado em direção ao sujeito e não ao sistema, assim fica evidenciado que o sistema serve o sujeito e se assim não o faz, deve ser modificado ou mesmo descartado e não o contrário (BORGES, 1996).

Tendo em vista que o sujeito é percebido como único envolto em suas especificidades, ou seja, sua forma própria de se colocar no mundo, faz com que o mesmo apresente modos diferentes de compreender e de se relacionar com o meio usando outros artifícios para o fazer, inclusive usando o corpo para tal.

Para melhor entender essa relação do corpo com o meio, utilizamos o conceito de criatividade ativa de Jung da perspectiva da psicologia analítica, para embasar a ideia da utilização do corpo como meio de comunicação e aprendizagem.

A imaginação ativa trata-se de uma técnica ou abordagem terapêutica elaborada e desdobrada por Jung, anos após seu desligamento com Freud, foi um período de turbulência pessoal. Fragilizado pela separação, Jung entrou em um momento de auto experiência, ele nomeou em primeira instância de auto experiência e depois de imaginação ativa. (FARAH, 2015).

Vale destacar que para Jung (1938), descrito por Farah (2015, p. 4) que, “o inconsciente contém todas as combinações da fantasia que ainda não ultrapassaram a intensidade liminar e, com o correr do tempo e em circunstâncias favoráveis, entrarão no campo luminoso da consciência”. Logo, é possível que o inconsciente se revele ao consciente, por meio de instrumentos potencializadores, Jung (1938) diz ainda que: “quando não há produção de fantasia, precisamos invocar para ajuda artificial”, Farah (2015, p. 4). Ou seja, é nesse instante que ocorre a manifestação da imaginação ativa, Jung dividiu em duas etapas essa experiência, a primeira compreende em libertar a fantasia, onde o sujeito abstém-se da atenção crítica, permitindo o inconsciente se manifestar através dos sonhos, vozes, de fantasias e outros.

A segunda etapa consiste no domínio da fantasia, por meio da concordância com esses conteúdos, experiência-lo dando contorno através da escrita, desenho, dança e outros. Existe uma defrontação entre o inconsciente e consciente. (FARAH, 2015).

No processo de inclusão, as crianças com transtornos espectro autista, tem encontrado alguns obstáculos para serem de fato incluídos ao ensino regular, haja vista que são indivíduos que são “marcados” pela dificuldade de interação social, a

repetitividade de alguns comportamentos entre outros que foram abordados ao longo deste trabalho.

## **METODOLOGIA**

Quanto a classificação da pesquisa, ela é exploratória, pois conforme Gil (2002) este tipo de pesquisa permite que tenhamos maior proximidade com o tema e obtenhamos informações necessárias para a execução do presente projeto de pesquisa, “seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Gil (2002, p. 41).

Quanto aos procedimentos, classifica-se em pesquisa bibliográfica, sendo que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2002, p. 44). Permitindo então que a pesquisa a ser feita possa ser utilizada uma gama diversificada de material.

No decorrer do presente trabalho foi realizada revisão de literatura, bem como, proposto oficina de dança para crianças com autismo. No que se refere a análise de dados, foi realizado uma pesquisa de dados qualitativo, pois, busca estudar as particularidades e experiências individuais.

## **DESENVOLVIMENTO**

Diante do cenário da evolução na educação, até que se chegou as políticas de inclusão, observa-se um ganho pessoal enorme, e um ganho de cunho social ainda maior. Partindo da ideia de que a inclusão não é um benefício para minoria contemplada, mas se trata de uma construção mais ampla, promovendo crescimento mútuo, cidadania, aceitação das diferenças e outros aspectos que envolvem desenvolvimento do sujeito. (FRIAS; MENEZES, 2009).

A inclusão vai além do direito de matricular a criança na escola regular, ou inserir a criança na escolar e esperar que ela se desenvolva da mesma forma que os demais. Para melhor entender o conceito de inclusão, o termo tem por definição no dicionário Aurélio que: “Incluir. [Do lat. *Includêre*. ] 1. compreender, abranger, 2. conter em si; envolver, implicar” (FERREIRA, 1986, p. 931). Desta forma, entende-se que

trata de fornecer recursos para que a criança faça parte da composição de maneira ativa, com olhar equitativo, onde quem precisa de mais receberá mais revelando o senso de justiça e igualdade. Apesar das mais distintas dificuldades que transpassam a questão da inclusão, é necessário que haja uma aposta por parte dos envolvidos, desde a criança, família, escola e sociedade como um todo (BORGES, 1996).

O conceito inclusão tem amparo legal, A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), foi criada há três anos, em 6 de julho de 2015, porém, começou a funcionar de fato seis meses depois, em 2 de janeiro de 2016, representou um enorme avanço para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Conforme citado, a lei respalda não somente pessoas com deficiência física, mas também intelectual e sensorial. Porém, mesmo com a lei em vigor, atualmente existe dificuldade de incluir de fato crianças com necessidades especiais no ensino regular.

Vale ressaltar, que a inclusão não se limita aos muros da escola, apesar do foco do trabalho está ligado diretamente a este contexto, sobretudo a inclusão está ligada a um exercício social aplicado no lazer, família, cultura, nas relações sociais e tantos outros enredos. Mesmo estando em alta a temática inclusão, a distância entre o discurso e a pratica é grande, a começar pelo ensino que é oferecido nas escolas regular, temos um ensino enrijecido e padronizado (VILARONGA, 2014).

Por vezes falta preparo adequado, tanto por parte da escola como do educador que lida diretamente e acaba não sabendo manejar a complexidade que envolve o lidar com crianças com necessidades especiais. A figura do professor também pode ser um ponto negativo, pois, em algumas realidades está vinculada a única fonte do saber, e o ensino voltado para atender a massa contribui negativamente, uma vez que não atende as peculiaridades que distingue o sujeito. Segundo Mantoan (2004), citado

por Camargo (2017, p. 2), pode-se dizer que, “há diferenças e há igualdade, e nem tudo deve ser igual e nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”. Portanto, pode-se dizer que este movimento é coletivo, que afeta a todos, no sentido de tocar todos fazem parte e todos são responsáveis por essa dinâmica.

Outra prática comum no enredo escolar é a homogeneização da grade curricular, assim como desmembrar quem consegue de quem não consegue acompanhar a programação, estabelecendo visão integracionista e não inclusiva.

Na visão da integração, diferentemente da proposta da inclusão, muitos alunos com deficiência mental são encaminhados pela escola especial para a escola regular comum e “enturmados” em classes especiais, mostrando uma lógica discriminatória e “não inclusiva”. Em ambos os espaços, os alunos são mantidos sob a dicotomia “normalidade/ deficiência”, comprovando a necessidade de problematizar a instituição da exclusão nas várias práticas e concepções educacionais que a reforçam. (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.33).

Para que a inclusão seja de fato realidade, é necessário que suspenda qualquer tipo de opinião antecipada, e focar nas possibilidades e não nas insuficiências da criança e oferecer estímulos adequados para a aprendizagem e desenvolvimento, seja através de intérprete ou uma simples roda de conversa. Entende-se que as mudanças nem sempre são bem recebidas, mas se faz necessário na comunidade escolar, igualdade e diferenças são base para uma educação inclusiva, que constitui em:

[...]postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não ser só aceita como desejada (Brasil,2001, p.40)

A aspiração é a desconstrução do sujeito ideal e homogêneo e construção de uma relação de crescimento mútuo, levando em conta toda a diversidade em direção a transformação do ambiente.

Para melhor explanar sobre o processo de inclusão de crianças com transtorno do espectro autista, será mencionado brevemente o histórico do transtorno e



posteriormente será correlacionado como se dá o processo de inclusão para essas crianças.

O transtorno do espectro autista foi definido por Kanner em 1943, que inicialmente, diante de estudos feitos com crianças que apresentavam comportamentos comuns, Kanner caracterizou tais comportamentos como a dificuldade de estabelecer contato afetivo e interpessoal. Devido a alguns aspectos que foram identificados, tais como as habilidades sociais e de comunicação e os comportamentos estereotipados, tais manifestações ganharam o termo de “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento” TID. No que diz respeito a interação social no TID, pode-se observar quanto ao isolamento, ou seja, a dificuldade de interagir com o outro, desprovido quanto ao contato visual, objeção no que se refere a manifestação de afeto, etc. (GARDIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004)

Percebe-se que existe variação no grau de dificuldade da comunicação, tanto na capacidade verbal e não verbal em dividir informações com outro. Sendo que, existem crianças que não desenvolvem habilidades de comunicação, em contrapartida, existem outras que possuem linguagem imatura, isto é, ecolalia, reversões de pronome, etc., No entanto, existem aqueles que têm habilidades em conversar, mas, mantêm resistência em iniciar conversação, e os que podem desenvolver a capacidade de comunicar-se, entretanto, haverá a persistência em demonstrar interesse em estabelecer conversa, o distanciamento, e a dificuldade em entender frases de duplo sentido, interpretar expressão corporal e facial. (GARDIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004)

Com o passar do tempo a comunidade científica começa a estudar de forma aprofundada sobre o descrito por Kanner, para ter melhor entendimento do sujeito abrangendo todo o contexto que a criança estava inserida, seja o contexto familiar, ou fatores biológicos que eram primordiais para avaliar se a criança tinha ou não transtorno. (TAMANAH; PERISSINOTO; CHIARI, 2008).

Com isso, somente em 1987, que o transtorno foi nomeado no DSM III, tendo então o critério de diagnóstico, sendo especificado como “transtorno invasivo (ou global) do desenvolvimento: (1) autismo; e (2) transtorno invasivo (ou global) do

desenvolvimento não-especificado (TID-NE) ”. (GARDIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004, p. 2).

Quanto a classificação do transtorno, na quarta edição revisada do DSM IV, esta proporciona melhor entendimento quanto aos transtornos invasivos do desenvolvimento, trazendo como referência a tríade que estaria dividida em subgrupos, sendo essa tríade identificada por déficits qualitativos na interação social, Déficit qualitativo de comunicação e Padrões de comportamento, atividades e interesses restritos e estereotipados. (GARDIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004)

Com o avanço de pesquisas, em 2013 foi editada a última versão revisada do DSM-5, que atualmente é utilizado como referência para diagnosticar o TEA, apresentando como os transtornos do neurodesenvolvimento, tendo como definição que:

São um grupo de condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência. (APA (DSM-5), 2014, p 31)

Desta forma, pode-se dizer que o transtorno do espectro autista (TEA) é um conjunto de distúrbios do desenvolvimento neurológico, apresentando-se precocemente, comprometendo habilidades sociais e de comunicação, sendo assim, o sujeito possui dificuldades de interação social, além dos citados, o sujeito apresenta comportamentos estereotipados. (CAMARGO; BOSA, 2009).

É válido destacar, que antes do DSM-5, havia distinção entre os transtornos, o autismo era associado ao retardo mental, e a síndrome de Asperger estava associada à inteligência normal, no entanto, observa-se que ao realizar o diagnóstico, havia certa dificuldade em fazer distinção entre ambos. (KLIN, 2006)

Desta forma, pode-se dizer que houve:

Fusão de transtorno autista, transtorno de Asperger e transtorno global do desenvolvimento no transtorno do espectro autista. Os sintomas desses transtornos representam um continuum único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos

distintos. Essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios para o diagnóstico de transtorno do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento para os prejuízos específicos observados. (APA (DSM-5), 2014, p. 42)

Portanto, observa-se que na revisão do DSM-5 não há distinção entre os transtornos, os que antes eram diagnosticados com transtorno de Asperger, hoje seria diagnosticado com TEA, no entanto sem comprometimento de linguagem ou intelectual. (APA, 2014, p. 32)

É importante ressaltar que por ser um transtorno que apresenta na infância, pode ser que o mesmo seja reconhecido no ambiente escolar, haja vista que é um ambiente propício, pois é possível "observar" por meio da convivência com outras crianças da mesma faixa etária os comportamentos que não estão dentro do esperado. É difícil afirmar o que causa o TEA, considerando a complexidade do transtorno e combinação de diversos fatores (BRESSAN; ESTANISLAU, 2014).

Pesquisas tem mostrado que cerca de 90% dos casos estão relacionados a questões genéticas, outros fatores que podem ser citados por exemplo, é a questão de intercorrência no parto e durante a gestação, em casos onde a gestante faz uso de bebidas alcoólicas, quando usa medidas abortivas, em alguns casos de medicações que são ingeridas no período da gravidez e estudos recentes tem verificado que a paternidade avançada também pode gerar o transtorno. (BRESSAN; ESTANISLAU, 2014)

Segundo estudos, o transtorno apresenta com mais frequência em meninos do que em meninas. Vale ressaltar que o transtorno se apresenta em sujeitos independente de classe ou cor, o transtorno pode se manifestar em graus de "severidade", ou seja, podendo estar relacionado à deficiência mental, que infelizmente, são os casos mais graves, apontando para índice maior acometidos aos sujeitos. Já se tratando de crianças com autismo de auto funcionamento, representa cerca de 30% dos casos (CAMARGO; BOSA, 2009).

Segundo Mottron, citado por Monteiro, Pimenta, et al. (2017), verifica-se que, o sujeito ao ser diagnosticado com TEA, muitas das vezes é rotulado como um sujeito que tem "defeitos que precisam ser corrigidos", esquecendo que o mesmo pode aprender, que suas habilidades se trabalhadas de maneira correta podem ser

desenvolvidas, no entanto, os cientistas ficam tão presos em estudar o transtorno, que por vez, esquecem-se de verificar os pontos fortes de tais sujeitos.

Diante do exposto sugere-se como instrumento a oficina de dança podendo ser utilizada como meio para a inclusão. A proposta compreende, que a oficina de dança faça parte da grade curricular como recurso para promover inclusão, contemplando não somente crianças com TEA, apesar de ser o cerne do vigente trabalho.

A oficina de dança não tem a pretensão de apresentar receita pronta para solucionar os problemas das crianças com transtorno do Espectro Autista, a sua finalidade é diminuir o impacto do transtorno no processo de inclusão.

Tendo em vista, que a comunicação é uma das barreiras mais evidentes no TEA, e o sistema de ensino regular ainda tem como método de comunicação e ensino, a linguagem formal baseada na escrita e linguagem verbal, percebemos de maneira clara que existe um comprometimento ainda maior no processo de inclusão quando se trata de crianças com TEA (BORGES, 1996).

Apesar das mais distintas dificuldades que transpassam a questão da inclusão, é necessário que haja aposta por parte de todos os envolvidos, desde a criança, família, escola e a sociedade como um todo (BORGES, 1996).

A proposta da utilização da arte como mediador é ampliar os recursos para que o sujeito tenha outra ferramenta para ajudar no enfrentamento de suas questões mais ocultas, ou simplesmente uma porta que se abre para que possa se expressar, já que a comunicação verbal em muitos casos é nociva. (BORGES, 1996)

Segundo Paul Klee mencionado por ROURE, (2015, p. 175) diz que, “ A arte não reproduz o visível, torna visível”. A arte, mais especificamente a dança, permite através de seus movimentos espontâneos ou ainda por meio de coreografias ensaiadas dar vazão a sentimentos inexplorado que por vez ficou camuflado por estigma que o peso do diagnostico trás. Logo, a dança pode auxiliar como ponte, ligando o interno ao externo, construindo através de um ambiente harmonioso um lugar de possibilidade de aprendizagem, de troca e de novas experiências.

Sendo assim, segundo Azevedo (2007), citado por Ferreira e Oliveira ([20--?] p.3), pode-se dizer que:

a arte é conhecimento, além de ser uma das primeiras manifestações da humanidade para marcar sua presença em determinado espaço, expressando suas idéias, sentimentos e emoções sobre determinado assunto para os outros, portanto a arte tem a intenção de mostrar como as coisas podem ser de acordo com determinada visão e não uma visão de como as coisas são, no entanto, a arte é uma representação simbólica do mundo humano

Como a arte engloba várias formas de expressão, dissertaremos especificamente sobre dança, sendo que esta permite através de seus movimentos espontâneos ou contemporâneo.

A instituição escolar é a entrada da criança para mundo, é na escola que a criança descobre que existem novas possibilidades além do contexto familiar, é na escola que a criança desenvolve o nível de consciência, entre outros pontos (WAHBA; SCHMITT, 2013).

Conforme Jung, citado por Wahba e Schmitt, (2013), destaca-se dois aspectos fundamentais da escola: a primeira diz da aquisição de conhecimentos de matérias, tais como, matemática, português e outras que compõe a grade curricular, para além da expansão da personalidade total do intuitivo, inclusive as proporções do consciente e inconsciente. A segunda diz da tomada de consciência corporal, conhecimento de si e do outro, desvencilhar do ambiente familiar e amplificar a probabilidade de se conectar com o mundo.

Portanto, se faz necessário trabalhar outros aspectos e fatores além do logico, contudo na escola se preza na maior parte, pela racionalidade do sujeito, de acordo com Jung, citado por Wahba e Schmitt (2013 p. 429) “[...]não devemos nos identificar com a própria razão, pois o homem não é apenas racional, não pode e nunca vai sê-lo [...]”. Não estamos menosprezando a importância do aprendizado racional e intelectual do aluno, mas, o homem não se limita a tal modelo, no entanto, desconsiderar a relevância do corpo e de suas expressões é prejuízo para a educação.

A dança proporciona um espaço de partilha, um espaço para lidar com as diferenças, não só a diferença do outro, mas com sua própria diferença. A dança tem o poder de igualar no sentido de todos terem condições de aprender e ensinar em conjunto, em tempo e em forma distintas. (BORGES, 1996).

A utilização da dança como instrumento facilitador no processo de inclusão de crianças com TEA no contexto escolar, pode se dar nos seguintes aspectos: a psicologia analítica, aborda em um de seus conceitos sobre a imaginação ativa, de acordo com a citação de Wahba e Schmitt (2013), escrito por Jung, a investigação do inconsciente se dava através dos sonhos, da associação de palavras e imaginação ativa que compunha dentre outros o movimento corporal, logo, a performance corporal é um recurso para a manifestação do inconsciente e com isso possibilita a dilatação da consciência.

Haja vista que no TEA o prejuízo na comunicação, é em grande parte, na comunicação verbal, a dança pode favorecer como alternativa de comunicação e aprendizagem na via de experiência nas vivências das crianças, através da coreografia podendo externar suas angustias, alegrias, tristezas e tantas outras emoções que por meio da fala teria uma enorme dificuldade dependendo do grau de severidade do transtorno.

Outro prejuízo contido no TEA é a interação social, a dança pode auxiliar no conhecimento corporal, possibilitando perceber a extensão e limite do próprio corpo, tanto quanto a extensão e o limite corporal do outro, proporcionando contato visual, toque, etc., tais estímulos tendem fazer com que a criança se permita explorar outras possibilidades e de se relacionar socialmente. (WAHBA; SCHMITT, 2013). O fator comportamento estereotipado é uma das características do TEA, esse comportamento em geral está ligado a não compreensão do momento ou lugar em que se encontra, por vez, pode ter relação com a quebra da rotina. (WAHBA; SCHMITT, 2013).

A dança sugere novas vivências, no entanto, de maneira sutil, para que as crianças tenham experiências com os mais variados tipos de situações e assim, as mesmas possam enriquecer o seu arsenal de enfrentamento no cotidiano (WAHBA; SCHMITT, 2013).

Conforme apresentado, a ideia não é criar um “cantinho” isolado para que a criança com TEA fique, mas, que seja um lugar de desenvolvimento individual e coletivo que atenda a todos independentemente de transtorno, cor ou classe social, no entanto, que seja uma construção em conjunto, pois, a inclusão é para todos, já

que todos nós somos diferentes e é em nossa diferença que nos construímos enquanto pessoa (BORGES, 1996).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme pesquisa realizada, verificamos que a forma de diagnóstico do TEA, com o passar dos anos tem mudado significativamente, atualmente sendo utilizado como referência o DSM-5, que tem facilitado os critérios para diagnosticar o transtorno.

Diante do exposto, é importante refletir sobre os impactos do TEA na vida do sujeito. Tendo em vista que o diagnóstico do TEA tem sido frequente, sobretudo, se faz necessário análise minuciosa para que não haja equívoco que venham trazer consequências severas para a criança. No entanto, se diagnosticado de maneira correta precocemente, haverá intervenção necessária fazendo com que haja desenvolvimento das habilidades do sujeito.

Observamos que são muitas as dificuldades encontradas por crianças que possuem o TEA, haja vista que principalmente no ambiente escolar, que é o foco do presente trabalho, infelizmente a escola recebe o sujeito somente para “atender” a legislação, observa-se que não há preparo da escola, no que diz respeito ao ambiente físico, bem como materiais suficientes para trabalhar as limitações desses indivíduos. Desta forma se faz necessário que a temática inclusão seja trabalhada, e que esta não seja somente falada, mas, de fato seja colada em pratica.

Hoje, podemos perceber que estão mais preocupados em diagnosticar o TEA, ao invés de tentar diminuir o impacto que o transtorno traz para o indivíduo e família, por vez, podendo observar os pontos fortes que essa criança possui, e assim trabalhar de forma que a criança se sinta de fato acolhida pelos demais, e que a sala de aula possa se tornar homogenia, ou seja, que não seja feita a separação dos “normais” daqueles que “não são”, quando há separação não há inclusão.

O sujeito com TEA deve ser visto em sua singularidade, ele tem seu jeito de ser e deve ser respeitado assim como qualquer outro indivíduo e tem o direito aprender, crescer e se desenvolver.

Desta forma, trazemos como proposta para o ensino a oficina de dança, com intuito de proporcionar a essas crianças a aprendizagem de forma prazerosa e eficiente, no entanto, é importante o interesse e investimento por parte da escola quanto a utilização dessa ferramenta. Através da pesquisa feita, observamos os vários benefícios acerca da aplicação da dança com a criança com TEA.

É essencial que diante da proposta de oficina de dança, tenhamos expectativas em relação ao desempenho da criança, tendo em mente que o indivíduo evolui em seu tempo, e que cada um possui sua forma de aprender.

A inclusão é um desafio que deve ser encarado com muita responsabilidade e comprometimento. É de extrema importância que tenhamos conhecimento das possibilidades e das características das crianças com autismo, para que assim, possa ser utilizado a ferramenta adequada que venha contribuir para o processo de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Brasília,DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 01 maio de 2018.

BRASIL. **PROJETO DE LEI Nº 5.749, DE 2016**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=BDCFC713B83EB5AE0CBE882315AB86F5.proposicoesWeb2?codteor=1478801&filename=Avulso+-PL+5749/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BDCFC713B83EB5AE0CBE882315AB86F5.proposicoesWeb2?codteor=1478801&filename=Avulso+-PL+5749/2016)>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

BRASIL. **LEI Nº13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Brasília, DF: Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2001. Disponível em:



<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

CAMARGO Eder Pires. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n1/1516-7313-ciedu-23-01-0001.pdf>>. Acesso em 17 de novembro de 2018.

CAMARGO Siglia Pimentel Hoher; BOSA Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica de literatura**, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20834>>. Acesso dia 20 de outubro de 2018.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús et al. **Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Vol.3. 2ª ed. Porto Alegre: editora Artmed, 2004.

FARAH Marisa Helena Silva. **A imaginação ativa junguiana na Dança de Whitehouse: noções de corpo e movimento**. *Psicol. USP* [online]. vol.27, n.3, pp.542-552, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v27n3/1678-5177-pusp-27-03-00542.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira. 39ª impressão, 1986.

FRIAS Elzabel Maria Alberton; MENEZES Maria Christine Berdusco. **Inclusão Escolar do Aluno com necessidades educacionais especiais : contribuições ao professor do ensino regular**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

FERREIRA Irama Sonary de Oliveira; OLIVEIRA Livia Freire de Oliveira. **História da arte e sua influência no processo de liderar pessoas**. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Hist%C3%B3ria%20da%20arte%20e%20sua%20influencia%20na%20lideran%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

GARDIA Carlos A.; TUCHMAN Roberto; ROTTA Newra T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa10>>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

KLIN Ami. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf>>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

MONTEIRO Andrea Freire; PIMENTA Ricardo de Almeida; PEREIRA Suzana Matheus; ROESLER Hélio. **Considerações sobre critérios diagnósticos de transtorno do espectro autista, e suas implicações no campo científico**. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/docorpo/article/view/5956/3198>>. Rev do Corpo: Ciências e Artes. 2017. Acesso em 18 de novembro de 2018

PAULON Simone Mainieri; FREITAS Lia Beatriz de Lucca; PINHO Gerson Smiech. **Documento Subsidiário à política de inclusão**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

ROURE Glacy Queirós. **Educação e experiência estética: “Fecha os olhos e vê”**. Rev Fac de Educ da UFG Inter-ação. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/viewFile/28792/18543>>. Acesso em: 18 de novembro e 2018.

TAMANAHA Ana Carina; PERISSINOTO Jacy; CHIARI Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Rev Soc Bras Fonoaudiol. v.13, n.3, p. 296-9 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v13n3/a15v13n3.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

VILARONGA Carla Ariela Rios. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino**. Tese (doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. UFSCar. 2014 Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2934/6410.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

WAHBA Liliana Liviano; SCHMITT Paula Sampaio. **A criança e a dança: observação clínica em grupo sobre o processo de individuação.** Bol. - Acad. Paul. Psicol. [online]. v.33, n.85, p. 427-445, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v33n85/a14.pdf>>. Acesso em 21 de novembro de 2018.